

LUTAR NÃO É CRIME

Contra a criminalização dos movimentos sociais

Desde 2013, ano em que ocorreram os grandes protestos populares nas ruas de todo o país, os governos se uniram para reprimir e criminalizar o legítimo direito da população e das entidades de classe de se manifestarem contra os abusos da classe política em geral e pelo atendimento das demandas da sociedade por um país mais justo, democrático e inclusivo. No Rio de Janeiro não foi diferente e os profissionais de educação assumiram o protagonismo na mobilização e organização de várias manifestações e passeatas contra a realização dos grandes eventos no país, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas do Rio de 2016.

Já durante as jornadas de 2013, inúmeras ameaças, agressões e prisões foram realizadas contra militantes e a população em geral que participaram das manifestações. A tática dos governos federal, estadual e municipal foi a de criminalizar os movimentos sociais, como se lutar por direitos fosse um crime. O jovem Rafael Braga, que cumpre prisão domiciliar em uma das acusações, a partir de decisão do STJ, mas foi condenado em outra acusação em decisão do TJ-RJ, é um dos exemplos da criação desse estado policial, que reprime a golpes de cassetete, com spray de pimenta e balas de borracha a luta do povo contra o mau uso do dinheiro público e contra os ataques contra seus direitos mais básicos, como a Educação, Saúde e Moradia.

Estratégia de judicialização dos direitos dos trabalhadores

Em 2014, meses antes da Copa do Mundo, o então governador Sérgio Cabral, em estreita colaboração com o prefeito Eduardo Paes e o Poder Judiciário, criaram uma estratégia de judicialização do direito dos trabalhadores de se manifestarem e realizarem greves. Com isso, os profissionais das redes estadual e municipal, assim como outras categorias de trabalhadores se viram prejudicados e ameaçados de continuar a sua luta, sob pena de serem responsabilizados judicialmente simplesmente por exercerem o seu direito garantido pela Constituição de fazer greve ou de reivindicar melhores condições de trabalho.

Em 2015, o Departamento Jurídico do Sepe, junto com o Núcleo de Direitos Humanos (DDH) e as advogadas do grupo “Mariana Criola”, conseguiram um Habeas Corpus em favor dos 23 ativistas processados por suposta organização criminosa durante as jornadas de junho (2013) e a Copa das Confederações (2014). Todos os acusados estão respondendo em liberdade.

O Sepe, inclusive, chegou a entregar à Alerj um dossiê com as fotos de vários elementos infiltrados da Polícia Militar e nenhuma providência foi tomada.

Agora, em 2017, nos vemos novamente face ao arbítrio de governos que não tem compromisso com a democracia. Em diversas redes, temos lutado contra a falta de democracia e de respeito para com o legítimo direito de lutar, reivindicar ou expressar uma opinião contraditória aos ditames de governos que não tem compromisso com a Educação.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da Convenção de 87, referendou a liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização. Ao contrário do que os governos querem fazer crer, lutar não é crime!

Sabemos que a estratégia de criminalização dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores, população e dos estudantes faz parte de um projeto maior de governos compromissados com a agenda de reformas neoliberais, visando a destruição do estado e do patrimônio público em geral.

E sabemos que a estrutura que permite a mobilização e formulação de estratégias para lutar contra este tipo de projeto é o sindicato e as entidades e organizações do movimento social. Hoje estas entidades se encontram sob ataque cerrado das três esferas de poder da república: os poderes executivo, legislativo e judiciário. Portanto, para barrar tais ataques, é importante fortalecer o seu sindicato. Venha fazer parte desta luta.

No verso desse boletim, narramos alguns casos mais recentes desses ataques.

Caxias sofre repressão do prefeito do PMDB

Em Duque Caxias, o prefeito Washington Reis (PMDB), insatisfeito com a mobilização e luta dos profissionais da rede municipal contra os ataques aos seus direitos, cortou o repasse do Sepe Caxias no início do ano e tem feito de tudo para destruir o sindicato, além de propor políticas que atacam frontalmente os direitos dos servidores municipais.

Não contente em retirar o desconto em folha dos filiados ao Sepe Caxias, Reis mandou mensagem à Câmara de Vereadores, propondo a retirada das licenças sindicais, chamou professores de vagabundos e expulsou idosos da sede da prefeitura.

Perseguição na capital

No Rio de Janeiro, A SME-RJ puniu a professora Flávia Rodrigues, que responde a uma sindicância da prefeitura e foi afastada de sala de aula por ter denunciado a precariedade das condições de trabalho na rede. Mesmo depois de várias manifestações e tentativas do Sepe e da categoria para que o secretário de Educação, César Benjamin voltasse atrás na sua decisão de punir a profissional, nada foi feito pelo governo Crivella para reverter a retaliação antidemocrática da SME.

Ela foi afastada da sua escola e, como consequência disso, teve perdas econômicas significativas

Repressão na Olimpíada

O Sepe Rio das Ostras/Casemiro de Abreu (Região dos Lagos) e movimentos sociais se mobilizaram contra a prisão pela PM e Guarda Municipal de quatro pessoas, incluindo o diretor do Sepe, professor Jonathan, à época da passagem da Tocha Olímpica na cidade, ano passado.

As prisões ocorreram quando de uma manifestação contra os estupros em Rio das Ostras, no ano passado. Todos os acusados estão citados como réus e negam as acusações; ao contrário, eles também acusam os PMs e a Guarda de violência e prisão arbitrária. As prisões ocorreram muito depois da passagem da tocha.

Em Mesquita e Belford Roxo diretores do Sepe foram ameaçados

No município de Mesquita, o prefeito Jorge Miranda (PSDB) também faz uma política de ataques ao Sepe. A diretora do Sepe Mesquita, Viviane, chegou a sofrer ameaças de morte e prestou queixa na delegacia local, solicitando garantias para que o núcleo do sindicato possa exercer o seu legítimo direito de se mobilizar e lutar em prol da Educação pública municipal.

Já em Belford Roxo, o prefeito Wagner dos Santos, o Waguinho (PMDB), também elegeu o Sepe como alvo para seus ataques e desmandos. Hoje, dois diretores do núcleo do sindicato, Afrânio e Maria José, a professora Zezé, têm seus salários atrasados constantemente, em

um claro assédio moral, na tentativa de calar a voz do Sepe e, conseqüentemente, impedir a luta, além de não ter feito até agora o pagamento do 13º salário de 2016. Até mesmo ameaças de morte foram feitas, como ocorreu com a professora Maria José, recentemente.

Mais uma mostra dos ataques ao Sepe foi dada também pelo prefeito anterior, Dênis Dauthman (PCdoB), que suspendeu o repasse do desconto das mensalidades dos filiados ao Sepe, feito em contracheque.

Em nota, o Sepe Belford Roxo afirmou: “Em abril fizemos nossa greve da educação. Em represália, o governo de Belford Roxo cortou nossos salários, fez descontos indevidos e continua até hoje perseguindo quem luta. Até hoje não recebemos esses valores de volta”.

Guarda Municipal agride professora indígena em manifestação contra as reformas de Temer

A professora indígena da rede estadual, Monica Lima, foi agredida, brutalmente, por um integrante da Guarda Municipal, na passeata contra as reformas de Temer, no dia 15 de março. O guarda agrediu com um pontapé a professora Mônica, o que causou a fratura da tíbia e fíbula da profissional de educação – a agressão ocorreu na chegada do protesto na Central do Brasil. A professora é filiada ao Sepe. O guarda agressor foi fotografado por diversos ativistas.

Sepe Cabo Frio sofre repressão do prefeito

Em Cabo Frio, na gestão de Alair Corrêa, o repasse do Sepe também foi cortado em represaria à greve. O atual prefeito, do PMDB, mantém a política de atraso no pagamento do salário dos profissionais da educação, além de utilizar a mídia contra direção do sindicato.

Defenda seu sindicato - é você que o constrói

O Sepe foi criado em 1977, em plena luta contra a ditadura militar, contra o arroxo salarial e pelo direito dos servidores se sindicalizarem. Na Constituição de 1988, os trabalhadores conquistaram o direito à sindicalização. O Sepe, desde a sua fundação, sempre sobreviveu da contribuição voluntária de seus filiados. O nosso sindicato nunca cobrou o imposto sindical da categoria e sempre que ele foi cobrado por outros sindicatos, o Sepe entrou na Justiça para que os valores fossem devolvidos.

Em 2018, iniciaremos o ano com uma grande campanha de filiação. Cada filiado e cada unidade escolar deverá ser uma lutadora para que consigamos filiar o maior número de profissionais e ajudar a fortalecer ainda mais o Sepe.

Não se enganem: muitos desses ataques que estamos sofrendo esse ano, na rede estadual e nas redes municipais, visam a destruição do que foi construído nesses 40 anos. Eles sabem do que somos capazes juntos. O Sepe somos nós!